



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 14838/14

Pensão Vitalícia. Julga-se legal o ato e correto os cálculos de proventos elaborado pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1-TC- 6446/2014

1. PROCESSO TC N.º: 14838/14.

2. ORIGEM: Instituto de Previdência e Assistência do Município de João Pessoa.

3. DADOS SOBRE AS PENSÕES:

3.1. BENEFICIÁRIO(S): Maria de Fátima Alves da Silva – Vitalícia

3.2. DADOS DO(A) SERVIDOR (A)FALECIDO(A):

3.2.1. NOME: Antônio Carlos Pereira da Silva.

3.2.2. QUALIFICAÇÃO: Agente Administrativo, Matrícula n.º 18.476-4, lotado no Gabinete do Prefeito.

3.3. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 40, § 7º, II, da CF/88, com redação dada pela EC 41/03.

3.4. DATA DO(S) ATO(S): 25/08/2014.

3.5. DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: Semanário Oficial, edição de 24 a 30/08/2014.

3.6. AUTORIDADE EMITENTE: Superintendente do IPM-JP.

4. RELATÓRIO DA AUDITORIA: A Auditoria concluiu que a pensão reveste-se de legalidade, razão porque sugeriu o registro do ato concessório.

5. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, na sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em **conceder registro** ao ato de **pensão vitalícia da beneficiária** Maria de Fátima Alves da Silva (vitalícia), favorecida do servidor falecido, Sr. Antônio Carlos Pereira da Silva, tendo presente sua legalidade e os cálculos de proventos feitos pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Mini-plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 04 de dezembro de 2014.

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Presidente em exercício

Representante do Ministério Público Especial